

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	807.080.529
Preferenciais	0
Total	807.080.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	1.533.485	1.511.643
1.01	Ativo Circulante	141.864	109.221
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.918	10.721
1.01.02	Aplicações Financeiras	102.595	71.939
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	102.595	71.939
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	102.595	71.939
1.01.03	Contas a Receber	25.407	22.431
1.01.03.01	Clientes	25.407	22.431
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.051	1.689
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.051	1.689
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.785	2.374
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	108	67
1.01.08.03	Outros	108	67
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	108	67
1.02	Ativo Não Circulante	1.391.621	1.402.422
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	65.556	67.184
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	59.201	60.512
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	59.201	60.512
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	6.338	6.655
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17	17
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	17	17
1.02.03	Imobilizado	1.309.622	1.309.529
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.297.469	1.306.376
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.153	3.153
1.02.04	Intangível	25.443	25.709
1.02.04.01	Intangíveis	25.443	25.709
1.02.04.01.02	Intangíveis	25.420	25.709
1.02.04.01.03	Intangíveis em Andamento	23	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	1.533.485	1.511.643
2.01	Passivo Circulante	123.466	114.115
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	870	731
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	870	731
2.01.02	Fornecedores	15.118	14.543
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.118	14.543
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.168	4.803
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.844	3.471
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.231	975
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	2.575	2.454
2.01.03.01.04	Outros	38	42
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.324	1.330
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	2
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	89.044	82.922
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.146	24.089
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	24.146	24.089
2.01.04.02	Debêntures	64.898	58.833
2.01.05	Outras Obrigações	6.572	6.566
2.01.05.02	Outros	6.572	6.566
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6.328	6.328
2.01.05.02.04	Arrendamentos	244	238
2.01.06	Provisões	5.694	4.550
2.01.06.02	Outras Provisões	5.694	4.550
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.909	1.909
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	2	153
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.675	2.430
2.01.06.02.07	Credores diversos	108	58
2.02	Passivo Não Circulante	430.313	430.190
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	405.446	405.202
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	166.215	171.524
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	166.215	171.524
2.02.01.02	Debêntures	239.231	233.678
2.02.02	Outras Obrigações	1.134	992
2.02.02.02	Outros	1.134	992
2.02.02.02.03	Arrendamentos	1.134	992
2.02.03	Tributos Diferidos	4.907	5.124
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.907	5.124
2.02.04	Provisões	18.826	18.872
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18	17
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18	17
2.02.04.02	Outras Provisões	18.808	18.855
2.02.04.02.04	Uso do bem público	16.183	16.230
2.02.04.02.05	Provisão para constituição de ativos	2.577	2.577
2.02.04.02.06	Provisão para gastos ambientais	48	48
2.03	Patrimônio Líquido	979.706	967.338
2.03.01	Capital Social Realizado	818.858	818.858

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.03.04	Reservas de Lucros	148.480	148.480
2.03.04.01	Reserva Legal	10.815	10.815
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	121.791	121.791
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	15.874	15.874
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	12.368	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	54.378	44.559
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.869	-22.992
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-6.396	-5.650
3.02.02	Outros Custos operacionais	-5.390	-5.355
3.02.03	Depreciação e amortização	-9.739	-9.734
3.02.04	Uso do bem publico	-92	-92
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-5.252	-2.161
3.03	Resultado Bruto	27.509	21.567
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-830	-860
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-830	-860
3.04.02.01	Honorários da diretoria e conselho de administração	-32	0
3.04.02.03	Outras receitas	121	304
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-84	-99
3.04.02.06	Administrativas e Gerais	-635	-939
3.04.02.07	Pessoal	-200	-126
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	26.679	20.707
3.06	Resultado Financeiro	-12.297	-15.760
3.06.01	Receitas Financeiras	4.510	2.696
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.807	-18.456
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.382	4.947
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.014	-547
3.08.01	Corrente	-2.231	-356
3.08.02	Diferido	217	-191
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.368	4.400
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.368	4.400
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0153	0,0055

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	12.368	4.400
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.368	4.400

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.338	50.476
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	37.013	30.677
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social	14.382	4.947
6.01.01.02	Depreciação e amortização	9.915	9.925
6.01.01.05	Encargos de dívidas	16.197	17.899
6.01.01.06	Outras variações monetárias liquidas	403	-90
6.01.01.09	Receita de aplicações financeiras	-4.663	-2.759
6.01.01.11	Repactuação do risco hidrológico	317	317
6.01.01.12	Provisão de Contingência	1	0
6.01.01.13	Encargos de dividas arrendamentos	33	31
6.01.01.15	Atualização monetária - Uso do bem público	430	407
6.01.01.16	Descontos obtidos	-2	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.751	22.130
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-2.976	24.061
6.01.02.02	Impostos a compensar	-184	-548
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	0	626
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	-49	-164
6.01.02.06	Encargos setoriais	1.200	382
6.01.02.07	Salários, férias e encargos	139	16
6.01.02.09	Tributos e contribuições sociais a recolher	109	-703
6.01.02.10	Outros passivos circulantes	-459	-455
6.01.02.14	Fornecedores	578	-1.094
6.01.02.17	Adiantamentos a Fornecedores	8	9
6.01.02.18	Partes relacionadas	33	0
6.01.02.19	Provisão para constituição de ativos	-150	0
6.01.03	Outros	-1.924	-2.331
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-1.924	-2.331
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25.220	-40.107
6.02.01	Aplicações em títulos e valores mobiliários	0	-961
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-538	-100
6.02.04	Resgate de títulos e valores mobiliários	3.211	7.215
6.02.06	Aplicações em investimento de curto prazo	-49.844	-66.986
6.02.07	Resgate de investimento de curto prazo	21.951	20.725
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.921	-12.235
6.03.01	Amortização e pagamento de financiamento	-5.917	-7.788
6.03.04	Amortização e pagamento de juros de financiamento	-3.914	-4.346
6.03.05	Amortização de principal arrendamentos	-57	-70
6.03.06	Amortização de juros sobre arrendamentos	-33	-31
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.803	-1.866
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.721	9.285
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.918	7.419

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	818.858	0	148.480	0	0	967.338
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	818.858	0	148.480	0	0	967.338
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	12.368	0	0	12.368
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	12.368	0	0	12.368
5.07	Saldos Finais	818.858	0	160.848	0	0	979.706

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	818.858	0	120.728	0	0	939.586
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	818.858	0	120.728	0	0	939.586
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.400	0	4.400
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.400	0	4.400
5.07	Saldos Finais	818.858	0	120.728	4.400	0	943.986

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	60.763	50.096
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	60.642	49.792
7.01.02	Outras Receitas	121	304
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.582	-13.184
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.661	-3.082
7.02.04	Outros	-14.921	-10.102
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-5.252	-2.161
7.02.04.02	Encargos de uso da rede elétrica (CUST)	-6.396	-5.650
7.02.04.03	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-2.406	-1.880
7.02.04.04	Outros custos operacionais	-867	-411
7.03	Valor Adicionado Bruto	44.181	36.912
7.04	Retenções	-9.915	-9.925
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.915	-9.925
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	34.266	26.987
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.740	2.842
7.06.02	Receitas Financeiras	4.740	2.842
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	39.006	29.829
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	39.006	29.829
7.08.01	Pessoal	900	591
7.08.01.01	Remuneração Direta	630	390
7.08.01.02	Benefícios	223	170
7.08.01.03	F.G.T.S.	47	31
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.815	6.224
7.08.02.01	Federais	8.815	6.224
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.923	18.614
7.08.03.01	Juros	16.230	17.930
7.08.03.02	Aluguéis	111	158
7.08.03.03	Outras	582	526
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.368	4.400
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.368	4.400

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2023, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o trimestre findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às informações contábeis intermediárias, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047.

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão. A Companhia possui 39,9 MWm contratados com a “Controladora” Alupar Investimentos S.A., no Ambiente Livre – ACL.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

Comentário do Desempenho

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	145,5 MW (megawatts)

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio do Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHE’s Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, alterando a garantia física da UHE Ferreira Gomes de 153,10MW para 145,5 MW .

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Comentário do Desempenho

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo;
- (ii) Diretor de Gestão de Energia; e,
- (iii) Diretor Técnico

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Até 31 de março de 2023, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de Reais)

	31/03/2023	31/03/2022	Varição %
Receita operacional bruta	60.642	49.792	21,8%
(-) Deduções da receita operacional	(6.264)	(5.233)	19,7%
Receita operacional líquida	54.378	44.559	22,0%
(-) Custos operacionais	(26.869)	(22.992)	16,9%
Lucro bruto	27.509	21.567	27,6%
(-) Despesas/receitas operacionais	(830)	(860)	-3,5%
(-) Despesas/receitas financeiras	(12.297)	(15.760)	-22,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.382	4.947	190,7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.231)	(356)	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	217	(191)	-213,6%
Lucro líquido do período	12.368	4.400	181,1%
Ativo total	1.533.485	1.532.297	0,1%
Investimentos (*)	1.326.065	1.364.636	-2,8%

(*) O valor em investimentos refere-se a imobilizado e intangível.

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita operacional líquida de R\$ 54.378 no primeiro trimestre de 2023, em comparação a R\$ 44.559 no primeiro trimestre de 2022. O aumento de 21,8% de um período para o outro ocorreu principalmente pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL e liquidações na CCEE).

Comentário do Desempenho

Os custos operacionais do primeiro trimestre de 2023 apresentam aumento de 16,9% se comparado com o primeiro trimestre de 2022, justificada pelo aumento na compra de energia elétrica para revenda. As despesas/receitas operacionais do primeiro trimestre de 2023 apresentam redução de 3,5% quando comparado com o primeiro trimestre de 2022, justificada principalmente pela redução na linha de serviços de terceiros.

O resultado financeiro líquido do primeiro trimestre de 2023 apresentam uma redução de 22,0% se comparado ao primeiro trimestre de 2022, justificado principalmente pela redução das despesas financeiras atreladas ao índice dos juros sobre empréstimos e debêntures.

A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes apresentam variações de acordo com o Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social - LAIR. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados ao reconhecimento da extensão da concessão que é realizada mensalmente de forma linear até o final da concessão.

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A., ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

EBITDA

(Em milhares de Reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido do período	12.368	4.400
(+) Resultado financeiro	12.297	15.760
(+) Depreciação e amortização (*)	9.915	9.925
(+) IR/CS correntes	2.231	356
(+) IR/CS diferidos	(217)	191
(=) EBITDA	36.594	30.632

(*) Valor composto por depreciação, amortização, amortização de direito de extensão de concessão e amortização do UBP – Uso do Bem Público.

Endividamento

(Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido)

	31/03/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(89.044)	(82.922)
Não circulante	(405.446)	(405.202)
Dívida total	(494.490)	(488.124)
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	170.714	143.172
Dívida líquida	(323.776)	(344.952)
Patrimônio líquido	979.706	967.338
Índice de endividamento líquido	0,33	0,36

Comentário do Desempenho

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no primeiro trimestre de 2023 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 26 colaboradores.

5. Responsabilidade sócio ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A. tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistidos sobre o meio ambiente da região:

- Plano de Resgate de Ictiofauna;
- Programa de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Monitoramento de Invertebrados Aquáticos;
- Monitoramento de Macrófitas Aquáticas;
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Efluentes;
- Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico;
- Programa de Monitoramento da Fauna; e,
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Em seguida, citamos os programas cujo o público alvo são população residente no entorno da usina:

- Plano de Investimento Social;
- Programa de suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e do Sistema de Outorga dos Recursos Hídricos;
- Programa de Incentivo à Pesquisa;
- Programa de Educação Ambiental; e,
- Programa de Comunicação Social.

Comentário do Desempenho

6. Auditoria Independente

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações contábeis, bem como de revisões das informações trimestrais (“ITR”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (“IFRS”). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela EY foram contratados para os exercícios de 2019 até 2023.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”), com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma Companhia de capital aberto, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes (“Contrato de Concessão”), que concedeu à Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação.

Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11.

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	145,5 MW (megawatts)

Notas Explicativas

1 Contexto operacional – Continuação

Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria N° 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), a qual divulga, na forma do Anexo da Portaria, os valores revistos de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, a partir de 01 de janeiro de 2023, que passou a ser de 145,5 MW médios.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

A autorização para emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 08 de maio de 2023.

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária, emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais (ITR), e das normas definidas pela ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as normas internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias – Continuação

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos trimestres, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Contas a receber de clientes: valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.
- Nota 16 – Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos: passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas de forma consistentes com as práticas contábeis divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, emitidas em 24 de fevereiro de 2023.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1);
- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32/IAS 12).

Notas Explicativas

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2023	31/12/2022
Fundo fixo	7	7
Banco conta movimento	8.911	10.714
	8.918	10.721

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração média		31/03/2023	31/12/2022
	31/03/2023	31/12/2022		
Fundo de Investimento - STA	99,60% do CDI	102,06% do CDI	102.595	71.939

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração média		31/03/2023	31/12/2022
		31/03/2023	31/12/2022		
Aplicação pós fixada	BNDES	98,34% do CDI	99,81% do CDI	9.659	11.766
Aplicação pós fixada	Debêntures	98,34% do CDI	99,81% do CDI	49.542	48.746
				59.201	60.512

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M e serviço da dívida e, também, em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora. As reservas estão aplicadas no Banco Itáú.

Notas Explicativas

7 Contas a receber de clientes

	Nota	31/03/2023	31/12/2022
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		16.529	15.062
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	7.197	7.197
Ajuste positivo CCEE		1.681	172
		25.407	22.431

Os montantes de suprimentos de energia elétrica ambiente regulado e ambiente livre (com Alupar), são constituídos pelos valores em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/03/2023	31/12/2022
<u>Ativo circulante</u>		
Prêmio de seguros - diversos	77	163
Prêmio de seguros - risco operacional	440	943
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.268	1.268
	1.785	2.374
<u>Ativo não circulante</u>		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	6.338	6.655
	6.338	6.655
	8.123	9.029

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

O registro inicial (R\$ 16.796 data base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016.

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 31 de março de 2023 é de R\$ 7.606 segregado entre circulante e não circulante (R\$ 7.923 em dezembro de 2022).

Notas Explicativas

9 Tributos e contribuições sociais a compensar

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais decorrentes majoritariamente de antecipação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituído

<u>Ativo circulante</u>	31/03/2023	31/12/2022
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	2.104	1.638
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	739	-
Outros	208	51
	<u>3.051</u>	<u>1.689</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	917	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.314	975
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.324	1.330
Programa de Integração Social - PIS	456	435
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.119	2.019
Outros	38	44
	<u>6.168</u>	<u>4.803</u>

Notas Explicativas

10 Imobilizado

O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de março de 2023:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Outros*	Saldo em 31/03/2023
Imobilizado em serviço					
Terrenos	0,00%	17.612	-	-	17.612
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.827	-	-	845.827
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.362	-	-	140.362
Máquinas e equipamentos	2,75%	605.225	536	-	605.761
Veículos	0,00%	10	-	-	10
Móveis e utensílios	6,20%	2.513	2	-	2.515
Direito de uso sobre arrendamento	9,59%	2.380	-	204	2.584
Total do imobilizado em serviço		1.613.929	538	204	1.614.671
(-) Depreciação acumulada					
Reservatórios, barragens e adutoras		(146.101)	(4.520)	-	(150.621)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(27.776)	(861)	-	(28.637)
Máquinas e equipamentos		(131.184)	(4.168)	-	(135.352)
Veículos		(10)	-	-	(10)
Móveis e utensílios		(1.224)	(39)	-	(1.263)
Direito de uso sobre arrendamento		(1.258)	(61)	-	(1.319)
Total da depreciação acumulada		(307.553)	(9.649)	-	(317.202)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.306.376	(9.111)	204	1.297.469
Imobilizado em curso					
Adiantamento a fornecedores		1.087	-	-	1.087
Depósitos judiciais		2.066	-	-	2.066
Total do ativo imobilizado em curso		3.153	-	-	3.153
Total do imobilizado		1.309.529	(9.111)	204	1.300.622

Notas Explicativas

10 Imobilizado – Continuação

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Outros*	Saldo em 31/03/2022
Imobilizado em serviço					
Terrenos	0,00%	16.708	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.737	90	-	845.827
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,75%	605.133	5	-	605.138
Veículos	0,00%	10	-	-	10
Móveis e utensílios	6,21%	2.441	5	-	2.446
Direito de uso sobre arrendamento	12,05%	3.045	-	(389)	2.656
Total do imobilizado em serviço		1.613.720	100	(389)	1.613.431
(-) Depreciação acumulada					
Reservatórios, barragens e adutoras		(128.026)	(4.520)	-	(132.546)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(24.407)	(861)	-	(25.268)
Máquinas e equipamentos		(114.540)	(4.160)	-	(118.700)
Veículos		(9)	-	-	(9)
Móveis e utensílios		(1.070)	(38)	-	(1.108)
Direito de uso sobre arrendamento		(990)	(80)	-	(1.070)
Total da depreciação acumulada		(269.042)	(9.659)	-	(278.701)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.344.678	(9.559)	(389)	1.334.730
Imobilizado em curso					
Adiantamento a fornecedores		1.087	-	-	1.087
Depósitos judiciais		2.322	-	-	2.322
Total do ativo imobilizado em curso		3.409	-	-	3.409
Total do imobilizado		1.348.087	(9.559)	(389)	1.338.139

*Outros refere-se a remensuração do arrendamento, proveniente da extensão de contrato de locação.

O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de março de 2023 refere-se substancialmente a montantes em discussões judiciais de âmbito fundiário e de fornecedores.

Notas Explicativas

11 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2022	Adições	Saldo em 31/03/2023
Intangível em serviço				
Uso do bem público (i)	0,90%	12.059	-	12.059
Extensão da concessão (ii)	3,05%	17.410	-	17.410
Software	3,91%	825	-	825
Outros intangíveis	3,91%	957	-	957
Total intangível em serviço		31.251	-	31.251
(-) Amortização acumulada				
Uso do bem público (i)		(3.052)	(92)	(3.144)
Extensão da concessão		(791)	(170)	(961)
Software		(765)	(4)	(769)
Outros intangíveis		(957)	-	(957)
Total amortização		(5.565)	(266)	(5.831)
Intangível em curso				
Software		23	-	23
Total do ativo Intangível em curso		23	-	23
Total do intangível		25.709	(266)	25.443

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 31/03/2022
Intangível em serviço				
Uso do bem público (i)	3,19%	12.059	-	12.059
Extensão da concessão (ii)	3,02%	17.410	-	17.410
Software	3,91%	825	-	825
Outros intangíveis	3,91%	957	-	957
Total intangível em serviço		31.251	-	31.251
(-) Amortização acumulada				
Uso do bem público (i)		(2.685)	(92)	(2.777)
Extensão da concessão		(113)	(169)	(282)
Software		(746)	(5)	(751)
Outros intangíveis		(957)	-	(957)
Total amortização		(4.501)	(266)	(4.767)
Intangível em curso				
Software		13	-	13
Total do ativo Intangível em curso		13	-	13
Total do intangível		26.763	(266)	26.497

Notas Explicativas

11 Intangível – Continuação

(i) Passivo relacionado ao Uso do bem público

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Em relação à obrigação de uso do bem público (passivo relacionado), as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 37º ano da concessão.

	31/12/2022	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/03/2023
Passivo circulante	1.909	-	(477)	477	1.909
Passivo não circulante	16.230	430	-	(477)	16.183
	18.139				18.092

	31/12/2021	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2022
Passivo circulante	1.566	-	(1.803)	2.146	1.909
Passivo não circulante	15.640	2.736	-	(2.146)	16.230
	17.206				18.139

(ii) Extensão da concessão

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Notas Explicativas

11 Intangível – Continuação

Extensão do prazo de outorga (dia)	Valor (R\$ mil)
584	17.410

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 05 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047.

12 Fornecedores

	31/03/2023	31/12/2022
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	3.647	2.350
Materiais e serviços	11.060	11.307
Ajuste negativo CCEE	-	886
Compra de energia - partes relacionadas	411	-
Total	15.118	14.543

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações assim como o Custo de Uso do Sistema de Transmissão - CUST são realizados sem envolvimento de operação de “forfait”.

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

- a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	Encargos	Vencimento	31/03/2023			31/12/2022		
			Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	23.499	678	24.177	23.424	696	24.120
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	205	4	209	204	5	209
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	60.556	5.661	66.217	59.261	891	60.152
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)
Total			82.701	6.343	89.044	81.330	1.592	82.922
Moeda nacional - não circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	166.452	-	166.452	171.774	-	171.774
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.452	-	1.452	1.498	-	1.498
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	244.178	-	244.178	238.956	-	238.956
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(6.636)	-	(6.636)	(7.026)	-	(7.026)
Total			405.446	-	405.446	405.202	-	405.202
Total geral			488.147	6.343	494.490	486.532	1.592	488.124

BNDES

Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610.

O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação. O ICP e o ICSD são índices requeridos anualmente.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures – Continuação

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes S.A.:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitado a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- (c) As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures – Continuação

3ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 (duzentos e dez mil e novecentos reais, em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais clausulas instituem que a Companhia deverá comprovar:

- Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e,
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 31 de março de 2023 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	Saldo Inicial 31/12/2022	Encargos de dívidas (nota 22)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/03/2023
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A, B e C	195.894	4.490	(5.866)	(3.889)	190.629
BNDES - Subcrédito E	1.709	30	(51)	(25)	1.663
3ª emissão de debêntures	299.107	11.287	-	-	310.394
(-) custo de captação - a amortizar	(8.586)	390	-	-	(8.196)
Total	488.124	16.197	(5.917)	(3.914)	494.490

	Saldo Inicial 31/12/2021	Encargos de dívidas (nota 22)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/03/2022
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A, B e C	217.727	4.337	(5.812)	(4.260)	211.992
BNDES - Subcrédito D	7.731	42	(1.928)	(61)	5.784
BNDES - Subcrédito E	1.790	27	(48)	(25)	1.744
3ª emissão de debêntures	308.966	13.105	-	-	322.071
(-) custo de captação - a amortizar	(10.143)	388	-	-	(9.755)
Total	526.071	17.899	(7.788)	(4.346)	531.836

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures – Continuação

- c. Em 31 de março de 2023, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Principal	83.734	79.645	82.966	86.482	23.777	55.478	412.082
(-) custo de captação a amortizar	(1.169)	(1.559)	(1.559)	(1.561)	(240)	(548)	(6.636)
	82.565	78.086	81.407	84.921	23.537	54.930	405.446

14 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2021	Transferência	31/12/2022	Liquidação	31/03/2023
Passivo circulante	2.730	(2.577)	153	(151)	2
Passivo não circulante	-	2.577	2.577	-	2.577
Total	2.730	-	2.730	(151)	2.579

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados.

Notas Explicativas

15 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes dos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(i) **Demandas Trabalhistas:** Um processo judicial de natureza trabalhista (o mesmo em 31 de dezembro de 2022), de valor em risco aproximado de R\$ 18 (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação da provisão é como segue:

	31/12/2021	Atualizações	Reversões	31/12/2022	Atualizações	31/03/2023
Trabalhista	20	9	(12)	17	1	18

Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de março de 2023, merecem destaques as seguintes demandas:

(i) **Demandas Tributárias:** Atualmente existem oito (nove em 31 de dezembro de 2022) processos judiciais de natureza tributária com o valor em risco aproximado em R\$ 11.914 (R\$ 11.885 em 31 de dezembro de 2022).

Considera-se como relevante os processos abaixo relacionados:

Processo Administrativo nº 15746720203202021, trata-se de cobrança de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$ 11.129 (R\$ 10.050 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) **Demandas Cíveis e Ambientais:** Atualmente existem dois mil trezentos e trinta e quatro processos judiciais de natureza cível (dois mil quatrocentos e quinze em 31 de dezembro de 2022), de valor em risco aproximado em R\$ 281.915 (R\$ 276.890 em 31 de dezembro de 2022), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, consideram-se como relevantes os processos abaixo relacionados:

Notas Explicativas

15 Provisão para contingências – Continuação

Ação Civil Pública nº 00103807020164013100 (antigo n.º 00013863320168030006), Proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. A ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautelar e Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo Ministério Público. A ação cautelar está em fase de recurso especial. Em decorrência do evento, objeto da ação civil pública, o Ministério Público Estadual proveu a Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da Companhia e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de Resposta à Acusação. O valor em risco não pode ser estimado.

Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2. A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$ 170 (R\$ 162 em 31 de dezembro de 2022).

Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2 (obrigação de fazer). A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco não pode ser estimado.

Auto de Infração Ambiental nº 013596 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 82.381 (R\$ 78.423 em 31 de dezembro de 2022).

Destacamos que a Companhia firmou em setembro de 2015, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 1) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 100.993 (R\$ 96.140 em 31 de dezembro 2022).

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento e a Ação Penal nº 00016282620158030006. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Notas Explicativas

15 Provisão para contingências – Continuação

Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 16.569 (R\$ 15.773 em 31 de dezembro de 2022).

Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 7.101 (R\$ 6.760 em 31 de dezembro de 2022).

Auto de Infração Ambiental nº 41971, lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá, por ter a Companhia, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R\$ 6.131 (R\$ 6.146 em 31 de dezembro de 2022).

“Ações JEC – Evento “apagão 2020”: Tratam-se de 2.316 (2.395 em 31 de dezembro de 2022) ações de indenização por supostos danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, e diversas Companhias do Setor Elétrico, incluindo a controlada Ferreira Gomes Energia S.A., em decorrência de seu suposto envolvimento no “apagão” ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R\$ 68.458 (R\$ 73.377 em 31 de dezembro de 2022).

Demandas Trabalhistas: atualmente existe um processo judicial de natureza trabalhista (o mesmo em 31 de dezembro de 2022), de valor em risco aproximado em R\$ 918 (R\$ 878 em 31 de dezembro de 2022), com natureza de risco possível de perda.

Demandas Penais: atualmente existem quatro processos de natureza penal, (sete em 31 de dezembro de 2022), cujo o valor em risco não pode ser estimado. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados.

Demandas Regulatórias: atualmente a Companhia é parte em um processo de ordem regulatória (mesmo em 31 de dezembro de 2021), R\$ 31 em 31 de dezembro de 2021 valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400: Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético.

Notas Explicativas

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nota	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/03/2023
Ativo (i)					
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	23	5.709	(5.709)	-	-
Imposto de renda diferido		358	(358)	-	-
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias		13	(13)	38	38
		371	(371)	38	38
Base negativa acumulada					
		5.709	(5.709)	-	-
Contribuição social diferida		514	(514)	-	-
Contribuição social diferida - diferenças temporárias		19	(19)	54	54
		533	(533)	54	54
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos		904	(904)	92	92
Passivo (ii)					
Imposto de renda diferido		(3.718)	163	(3.555)	36
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias		-	(30)	(30)	30
Contribuição social diferida		(1.557)	61	(1.496)	16
Contribuição social diferida - diferenças temporárias		-	(43)	(43)	43
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos		(5.275)	151	(5.124)	125
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.371)	(753)	(5.124)	217

(i) Ativo

O saldo em 31 de março de 2023 refere-se as adições temporárias que são revertidas condicionalmente a realização dos saldos das provisões.

(ii) Passivo

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11 cujo valores são amortizados mensalmente.

A estimativa das parcelas de realização do ativo e passivo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

Ativo	2023
Estimativa de realização IRPJ diferido - Diferenças temporárias	38
Estimativa de realização CSLL diferida - Diferenças temporárias	54
	92

Passivo	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Extensão	145	145	145	145	2.939	3.519
Estimativa de realização CSLL diferida - Extensão	61	61	61	61	1.236	1.480
	206	206	206	206	4.175	4.999

Notas Explicativas

17 Partes relacionadas

17.1 Transações com partes relacionadas

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	Nota	31/03/2023	31/12/2022
<u>Ativo circulante - partes relacionadas</u>			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	7	7.197	7.197
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>			
Dividendos - Alupar Investimento S.A.		6.328	6.328
Fornecedores - AF Energia S.A		180	327
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		244	238
		6.752	6.893
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		1.134	992

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
<u>Receita - partes relacionadas</u>			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	20	20.894	18.983
<u>Custo - partes relacionadas</u>			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	21	(875)	(1.217)
Serviços Tomados - AF Energia S.A (*)	21	(844)	(995)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.		(268)	(416)
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		(33)	(32)
		(2.020)	(2.660)

(*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordadas entre as partes.

A Ferreira Gomes Energia S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

Notas Explicativas

17 Partes relacionadas – Continuação

17.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/03/2023
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	192.290
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	310.395
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	23/06/2023	3.351	3.895

17.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 21 de abril de 2022, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R\$ 42 para o exercício social de 2022, na forma prevista na Proposta da Administração. Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2022.

	31/03/2023	31/03/2022
Remuneração da diretoria	(32)	-

Notas Explicativas

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 818.858.

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2023 e 31 dezembro de 2022 é a seguinte:

	31/03/2023	31/12/2022
	Quantidades de ações ordinárias integralizadas	
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	807.080.529	807.080.529

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Reserva especial para incentivos fiscais

- Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

c. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

19 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	31/03/2023	31/03/2022
Numerador		
Lucro líquido do período	12.368	4.400
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	807.080.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	0,0153	0,0055

Notas Explicativas**20 Receita operacional líquida**

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Receita de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia - ambiente regulado		34.117	30.271
Suprimento de energia - ambiente livre		3.813	269
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	20.894	18.983
Ajuste positivo CCBE		1.818	269
		60.642	49.792
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(982)	(819)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(4.523)	(3.772)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(520)	(427)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(239)	(215)
		(6.264)	(5.233)
Receita operacional líquida		54.378	44.559

21 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/03/2023		31/03/2022	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		(6.396)	-	(5.650)	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(2.406)	-	(1.880)	-
Utilização do Bem Público - UBP	11	(92)	-	(92)	-
		(8.894)	-	(7.622)	-
Custos gerenciáveis					
Doações, contribuições e subvenções		(3)	(30)	(5)	(49)
Energia elétrica comprada para revenda		(4.378)	-	(944)	-
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	17.1	(875)	-	(1.217)	-
Seguros		(503)	(3)	(37)	-
Repactuação do risco hidrológico		(317)	-	(317)	(3)
Aluguéis		(92)	(19)	(104)	(54)
Pessoal		(827)	(200)	(577)	(126)
Honorários da diretoria e conselho de administração		-	(32)	-	-
Material		(118)	(10)	(57)	(160)
Serviços de terceiros		(151)	(537)	(1.241)	(629)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	17.1	(844)	-	(995)	-
Provisão para contingências		(1)	-	-	-
Outros tributos e taxas		(127)	(25)	(142)	(44)
Outras despesas		-	(11)	-	-
Outras receitas		-	121	-	304
		(8.236)	(746)	(5.636)	(761)
Depreciação e Amortização	10 e 11	(9.739)	(84)	(9.734)	(99)
		(9.739)	(84)	(9.734)	(99)
Total		(26.869)	(830)	(22.992)	(860)

Notas Explicativas

22 Resultado financeiro

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Receitas financeiras			
Receita de aplicações financeiras (*)		4.438	2.621
Juros s/ faturas a receber em atraso		70	75
Outras receitas financeiras		2	-
		4.510	2.696
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	13.b	(16.197)	(17.899)
Atualização monetária		(475)	(426)
Outras despesas financeiras		(135)	(131)
		(16.807)	(18.456)
Resultado financeiro		(12.297)	(15.760)

(*) O montante das receitas com aplicações financeiras estão líquidos dos impostos.

23 Imposto de renda e contribuição social

Nota	31/03/2023		31/03/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.382	14.382	4.947	4.947
(-/+ Adições e/ou exclusões	221	220	42	42
Base de cálculo IRPJ e CSLL	14.603	14.602	4.989	4.989
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	16	(5.709)	(5.709)	(1.497)
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	8.894	8.893	3.492	3.492
IRPJ e CSLL	2.191	1.314	524	314
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês - R\$ 240/Ano) 10%	1.454	-	343	-
Incentivos Fiscais				
(-) PAT	(13)	-	(11)	-
(-) SUDAM	(2.715)	-	(814)	-
Total dos tributos correntes	917	1.314	42	314
Tributos Diferidos	-	-	94	135
Tributos Diferidos Extensão da concessão	(36)	(15)	(53)	(15)
Tributos Diferidos Diferenças Temporárias	(69)	(97)	12	18
Tributos dife ridos	(105)	(112)	53	138
Total dos tributos	812	1.202	95	452
Alíquota efetiva	14,00%		11,05%	

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis intermediárias.

	31/03/2023		31/12/2022		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	8.918	8.918	10.721	10.721	-	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	102.595	102.595	71.939	71.939	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	59.201	59.201	60.512	60.512	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	25.407	25.407	22.431	22.431	-	Custo amortizado
	196.121	196.121	165.603	165.603		
Passivo						
Fornecedores	15.118	15.118	14.543	14.543	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	494.490	499.071	488.124	494.603	-	Custo amortizado
Uso do bem público	18.092	18.092	18.139	18.139	-	Custo amortizado
Provisão para constituição de ativos	2.579	2.579	2.730	2.730	-	Custo amortizado
	530.279	534.860	523.536	530.015		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

3ª emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no trimestre findo em 31 de março de 2023.

Hierarquia do valor justo

No trimestre findo em 31 de março de 2023, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2023, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de março de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	31/03/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		5,69%	8,54%	11,38%	14,23%	17,07%	
Investimentos de curto prazo	CDI	102.595	5.838	8.762	11.675	14.599	17.513
Títulos e Valores mobiliários	CDI	59.201	3.369	5.056	6.737	8.424	10.106

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de março de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de março de 2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/03/2023*	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			2,53%	3,79%	5,05%	6,31%	7,58%	
3º emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	304.734	27.925	32.013	36.101	40.189	44.310
			3,64%	5,46%	7,28%	9,10%	10,92%	
BNDES subcrédito (A, B, C)	TJLP +	2,34%	189.951	11.521	15.059	18.597	22.135	25.673
BNDES subcrédito E	TJLP +	0,00%	1.657	60	90	121	151	181

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrônico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos, em 19 de janeiro de 2016, a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2023, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	4.375	1.415	9.328	-	-	15.118
Empréstimos, financiamentos e debêntures	36.441	52.603	88.634	244.231	72.581	494.490
Uso do bem público - UBP	477	1.432	1.909	5.726	8.548	18.092
Total	41.293	55.450	99.871	249.957	81.129	527.700

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	31/03/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(89.044)	(82.922)
Não circulante	(405.446)	(405.202)
Dívida total	<u>(494.490)</u>	<u>(488.124)</u>
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	170.714	143.172
Dívida líquida	(323.776)	(344.952)
Patrimônio líquido	979.706	967.338
Índice de endividamento líquido	<u>0,33</u>	<u>0,36</u>

25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 223 e R\$ 169 em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

Notas Explicativas

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de março de 2023.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.528.636	2.037	18/06/2023
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	306	18/06/2023
Seguro de Riscos Patrimoniais	2.430	27	18/06/2023
Total	2.231.066	2.370	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

* * *

Contador

João Paulo Mendes do Nascimento
CRC 1SP218586/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ferreira Gomes Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de maio de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O

Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 08 de maio de 2023.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias para o período findo em 31 de março de 2023.

Eduardo Fucs
Diretor Financeiro
Diretor Administrativo
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor de Gestão de Energia

Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes

São Paulo, 08 de maio de 2023.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 (“Companhia”), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 31 de março de 2023.

Eduardo Fucs
Diretor Financeiro
Diretor Administrativo
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor de Gestão de Energia

Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico